

CAMINHOS QUE TRILHAM A GESTÃO DEMOCRÁTICA

RESUMO:

Nesse estudo baseado em pesquisa de campo, com cunho qualitativo analisam-se quais os caminhos trilhados para uma gestão democrática e as dificuldades enfrentadas pelo gestor na efetivação das ações propostas nesse modelo de gestão, identificando como o processo democrático tem sido exercido em uma escola pública do município de Guanambi -Bahia, do ponto de vista do gestor dessa escola. Os resultados obtidos mostram a importância de se discutir a democracia educacional e como a escola precisa evoluir nas práticas democráticas. Realizou-se uma entrevista com a diretora da escola pesquisada.

Palavras-chave: Gestão democrática; Gestor; Educação; Participação.

1. INTRODUÇÃO

A Educação brasileira sempre foi marcada por desigualdades, crises, lutas e conquistas, em toda essa trajetória por inúmeras vezes houve a omissão da participação popular. A democracia é constantemente presente no cotidiano, entretanto somente em discursos e no imaginário, na prática raras vezes essa soberania popular é manifesta. Um Estado organizado não é composto por uma rígida hierarquia, mas sim com a participação ativa da sociedade possibilitando um funcionamento efetivo e descentralizado.

Neste sentido, não se pode negar os marcos legais promulgado na Constituição Federal de 1988 no campo educacional, que busca a garantia de uma gestão democrática do ensino público. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no Artigo 15, defende também princípio da gestão democrática efetivando a participação dos profissionais das instituições de ensino para o planejamento do Projeto Pedagógico da escola, juntamente com a comunidade escolar e o Conselho da escola.

Na educação um dos grandes debates envolve à gestão democrática, especialmente, nas escolas públicas onde se tem uma predominância conservadora e tradicional. Dentro da sociedade a escola tem um papel fundamental no desenvolvimento cultural e humano, garantindo a cada sujeito sua participação nas propostas a serem elaboradas. Diante desse

cenário, o gestor é o responsável pela efetivação das políticas educacionais, por isso, deve pensar como promover um atendimento que abrange toda comunidade escolar.

Sendo assim, a ideia de gestão democrática é muito bem elaborada, teoricamente, mas na prática as ações participativas das pessoas envolvidas no processo educativo, muitas vezes não acontece em um ambiente de democratização. No entanto, as atuações desses participantes, enfrentam divergências de interesses que não é uma tarefa fácil. Pois, uma construção de uma gestão democrática busca coletivamente uma qualidade na educação, possibilitando melhorias na escola pública.

O referido artigo tem como objetivo, analisar como o gestor realiza o trabalho pedagógico e efetiva as políticas educacionais em uma gestão democrática. Para o aprofundamento teórico das discussões, foram utilizados os diferentes autores da área, como Lück (2009), Paro (2005) Ferreira (2000). Estes autores discutem as atuais tendências, novos desafios e os dilemas enfrentados pelos profissionais da educação, em busca de um ensino popular e progressista. Nesse sentido, foi utilizada entrevista e questionários realizados com uma gestora de uma escola municipal de Guanambi. Para preservar a identidade da escola e da gestora, foram utilizados nomes fictícios

Um novo pensamento na escola resultará em rompimentos de paradigmas tradicionais, o que nos faz repensar a urgência de ações democráticas dentro do contexto escolar. Segundo Paro (2005, p.18), existem pessoas trabalhando na escola que se dizem democráticas, mas na verdade, dão apenas a “liberdade” aos alunos, professores, funcionários ou pais, para que tomem parte de decisões, ou seja, o gestor dá permissão para que essas pessoas participem, o que o torna “ditador democrático”, sendo que dentro da democracia não pode existir.

Nesse sentido, o autoritarismo, a anti-democracia e a prepotência, não podem fazer parte do meio educacional. É preciso pensar a realidade e deixar a utopia, pois esse é um processo real que envolve toda sociedade e a construção de uma boa cidadania. Todavia, os princípios norteadores da escola precisam ser descentralizados, de forma participativa, transparente e que atendem a pluralidade social.

Nessa perspectiva, procuramos respostas sobre alguns questionamentos que delimitem o objetivo desse estudo. Por exemplo, quais as ações democráticas exercidas pela escola? Como o gestor considera a gestão nesta instituição? As políticas educacionais são suficientes à democratização escolar? Quais desafios enfrentados na luta por uma

democracia educacional? Como é construído e consolidado o PPP (Projeto Político Pedagógico) na escola? É nesse direcionamento, que consideramos importante a pesquisa, pois, aborda discussões que são relevantes nas práticas pedagógicas, afim de melhorias na educação.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

A partir da década de 1990, o termo gestão democrática veio ganhando espaço nas discussões educacionais, pois é um conceito comum nas ações de sistema de ensino e da escola. Para entender a concepção paradigmática do que é gestão, fica necessário buscar esclarecimentos do que realmente é essa concepção. Sendo assim, o gestor tem a responsabilidade de se preparar para o exercício do seu papel e aproveitar a experiência para construir conhecimentos não só sobre sua prática, mas buscando também melhorias do trabalho de outros gestores (LÜCK, 2005).

O termo Gestão ao longo dos anos vem ganhando espaço no contexto educacional, acompanhado de uma quebra de paradigma em seu campo de estudo. Atualmente a significativa participação tem sido acentuada pela conscientização e esclarecimento dos sujeitos envolvidos nas tomadas de decisões no processo pedagógico. Com essa participação coletiva e consciente o compromisso com a efetivação no contexto educacional é cada vez mais abrangente.

No processo histórico esse termo tem sido modificado, através de fatos e fenômenos. O termo Administração anteriormente usado, não se cabe no uso contemporâneo, por isso, utiliza-se Gestão Educacional. O que precisa ser pensado e repensado, são se as práticas encaixam diretamente com o termo, pois, não se pode apenas substituí-lo e sim, agregar outros sentidos às práticas.

Termos como gestão, autonomia e participação da comunidade escolar, vem ganhando espaço no início dos anos 80, com os estudos das Ciências Sociais. Sendo assim, a ideia principal é a construção de uma sociedade mais democrática, descentralizada e longe das estruturas impostas pelo governo militar. Segundo Lück (2005), foi nesse mesmo ano que a democratização da gestão das escolas públicas é iniciada.

Com a aprovação da Constituição Federal de 1988, o Brasil passa por uma consolidação na gestão democrática nas leis públicas de ensino. No artigo 205 e 206 assegura a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, com o apoio da sociedade, garantindo a formação de ser cidadão e qualificado para o trabalho. Por tanto, deve-se avaliar a igualdade de condições de acesso e permanência, liberdade de ensinar e aprender, pesquisar e divulgar o conhecimento, pluralidade de ideias e valorização dos profissionais da educação. (BRASIL, 1986).

3. Análise da entrevista

A democracia faz-se necessário em uma instituição de ensino, por envolver trabalhos coletivos entre a comunidade escolar com o intuito de promover uma educação de qualidade e emancipatória, pois o processo educacional dura à vida inteira, como comenta Freire (2003) o homem é um ser inacabado. Sendo a educação um processo coletivo, o Projeto Político Pedagógico (PPP) precisa ser pensado na sua construção, de forma participativa, sempre buscando uma melhor formação do educando e garantindo uma melhor colaboração do Conselho Escolar.

A gestora da escola Trilhando o saber, onde exerce sua prática na direção, relatou que o conselho escolar não é tão atuante quanto deveria, mas afirmou a presença do representante de pais, alunos, professores, direção e todos os seguimentos. Segundo Lück (2009 p.71), a gestão democrática acontece em um processo que orienta e dá condições favoráveis aos sujeitos, para que na coletividade encontrem formas necessárias para sua efetivação nas tomadas de decisões, pois essa construção conjunta necessita de ação coletiva.

Nessa perspectiva, a gestão democrática envolve mecanismos legais e institucionais, que promove uma melhor participação da sociedade no planejamento das políticas educacionais, coordenando atitudes e criando caminhos nas tomadas de decisões, na escolha e aquisição dos recursos e prioridades necessárias para o âmbito escolar. Assim, o ingresso e permanência do aluno na escola deve ser prioridade, pois na democratização é pensado e garantido a qualidade da educação para todos os indivíduos.

A gestora Ariel declarou que algumas decisões são tomadas internamente na escola com os professores e a equipe de gestão. Com isso, não tem a rotina de consultar o colegiado

para participar de decisões menores, mas se for feita uma compra maior, leva ao conhecimento deles. Nesse aspecto Lück argumenta que:

Como a gestão democrática pressupõe a mobilização e organização das pessoas para atuar coletivamente na promoção de objetivos educacionais, o trabalho dos diretores escolares se assenta sobre sua competência de liderança, que se expressa em sua capacidade de influenciar a atuação de pessoas (professores, funcionários, alunos, pais, outros) para a efetivação desses objetivos e o seu envolvimento na realização das ações educacionais necessárias para sua realização. (LÜCK, 2009, p.75)

Lück aponta como a participação e organização faz com que a gestão tome caminhos democráticos quando o interesse de todos é por um bem comum. A articulação de um gestor faz toda diferença na efetivação e realização das ações necessárias para alcançar objetivos que busquem a qualidade educacional.

Assim, vale ressaltar que o meio social em que estamos inseridos é conturbador quando se refere a uma democracia de qualidade, pois são raros ou ausentes os atos democráticos efetivados em qualquer contexto de relações sociais e coletivas. Dessa forma, a dificuldade encontrada no campo educacional e nas praticas pedagógicas interferem diretamente em uma gestão antiautoritária, efetiva e eficaz.

Diante desse cenário, sabe-se que a gestão democrática não é um processo simples e curto de ser efetivado, mas não é uma utopia. A diretora Ariel deixou bem claro em sua fala o quanto é dificultoso lidar com uma participação ampla na elaboração do Projeto Politico Pedagógico da escola Carinha de Anjo:

Oh, é um aspecto que a gente não pode negar, o nosso PPP foi basicamente montado com a participação dos professores e gestão, ele não tem, realmente, algo, tipo assim, a participação expressiva dos pais, como um momento assim, vamos sentar aqui para fazer o PPP, agora a gente tem a impressão do que o pai acha da escola, como ele vê a escola, porque isso a gente tem o contato com ele através das reuniões então a gente tem esse olhar, mas a gente não tem uma comissão por exemplo, de pais que se fizeram presente na elaboração (...).(ARIEL, entrevista, 2017).

Essa pratica é construída numa ação conjunta com todo o corpo que compõem a instituição tanto no meio interno, como no externo. Ela não pode ser

fingida, muito menos viver em um “faz de conta”. Essa pratica é construída numa ação conjunta com todo o corpo que compõem a instituição tanto no meio interno, como no externo. Uma escola deve propiciar uma participação efetiva da comunidade escolar e local (gestor, pais, alunos, funcionários, professores e comunitários), além de oferecer uma educação de qualidade. Se não for dessa forma, esta escola será em vez de pública, “estatal”. Segundo Paro (2008, p.17), “a escola estatal só será verdadeiramente pública no momento em que a população escolarizável tiver acesso geral e indiferenciado a uma boa educação escolar”.

Sobre isso, a gestora Ariel fala que é impossível dizer que todos os pais são participativos, a participação só é ativa nas reuniões, estão sempre na escola quando são solicitados. Mas, ela diz que tem aqueles pais das crianças que mais necessitam que tenham uma participação maior, não são presentes. A gestora relata que muitas vezes tem que fazer o uso da convocatória, para que eles possam vir a escola, pra que possa trabalhar questões referentes ao aluno, só o convite para reunião por exemplo, não é o suficiente. Coloca que o aluno só vai entrar se vier acompanhado pelo pai.

Desse modo, não podemos apenas dizer o que não está sendo efetuado, é preciso pensar as causas reais desse problema. Sendo assim, foi questionada à diretora os motivos que os pais não comparecerem as reuniões e não darem tanta assistência as questões políticas da escola. Ao responder ela aponta a falta de tempo e de formação política dos pais, ela assume também que a gestão tenta resolver tudo sozinhos e isso é um comodismo que precisa ser mudado.

4 CONCLUSÃO

Ao longo do tempo fica claro as mudanças do sistema democrático instituído nas escolas, atribuindo ao processo de descentralização da gestão. Através de mudanças conceituais (de diretor para gestor) ou por mudanças atitudinais (do autoritarismo e centralização para a busca de parcerias e descentralização do poder).

Contudo, é necessário entender a gestão democrática como algo participativo que deve atender uma coletividade. Os problemas e dificuldades encontradas na escola não são mais do diretor, professor ou da comunidade, mas de todos. Para tanto, é preciso que haja

uma conscientização da comunidade escolar, propiciar um ambiente aberto à discussão, acarretando o diálogo como algo que norteará estratégias para a participação dos alunos, professores, pais ou responsáveis de forma a colaborar com todo desenvolvimento no âmbito escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 1/92 e 28/2000 e Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94 Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000.p. 393.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José E.(Orgs.). **Autonomia da escola**: princípios e propostas. 4ª ed. São Paulo, Cortez, Instituto Paulo Freire, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. Ed. 5. Goiânia: Alternativa, 2004

LÜCK, Heloísa. **A Gestão Participativa na Escola**. Ed. 5. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

PARO, Victor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. Rio de Janeiro: 2005.